

## SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## PROVA DISCURSIVA ESPECÍFICA – 3.º GRUPO

## MEDICINA LEGAL – PONTO 1

## QUESTÃO 1

[valor: 25,00 pontos]

No dia 4/5/2022, uma equipe de policiais militares foi informada por transeuntes sobre um forte odor proveniente do interior de uma residência abandonada. Ao chegarem à porta dessa residência, os policiais perceberam que o portão estava aberto e que, no chão, havia um rastro de gotículas semelhantes a sangue. Através de uma das janelas de vidro da residência, visualizaram um cadáver humano. Então, preservaram o local e acionaram a polícia civil, para os procedimentos cabíveis. Durante a perinecropsia, o perito criminal descreveu que, no início da perícia, a casa estava totalmente fechada, sem qualquer sinal de arrombamento. A vítima estava suspensa por uma corda, com uma grande coleção sanguínea sob o corpo, devido à amputação bilateral das mãos (peças anatômicas que foram encontradas dentro de uma sacola plástica hermeticamente fechada, no interior do canil da residência). Uma das extremidades da corda estava fixada num caibro de madeira do telhado, enquanto a outra envolvia o pescoço do cadáver num laço único, supra-hióideo, oblíquo, ascendente e descontínuo, cujo nó tangenciava o osso occipital. O pé direito do cadáver era a única parte dele que estava em contato com o solo. Ao lado da vítima, foi encontrada uma faca de cozinha suja de sangue. Por fim, o perito criminal ainda descreveu o sinal de Romanese em sete lesões superficiais produzidas por arma branca, localizadas na parte externa do antebraço direito do cadáver.

Com base nos dados apresentados na situação hipotética anterior, disserte, fundamentadamente, na qualidade de delegado de polícia responsável pelas investigações, a respeito dos seguintes aspectos, para balizar a instauração do inquérito policial:

- 1 a modalidade de asfixia da vítima;
- 2 a energia/ação vulnerante nas lesões encontradas nas mãos do cadáver (conforme a classificação de Borri);
- 3 o sinal no antebraço do cadáver;
- 4 a provável causa jurídica da morte.

## QUESTÃO 2

[valor: 25,00 pontos]

Explique, fundamentadamente, com menção aos dispositivos legais pertinentes, se é possível a inversão na ordem das etapas da cadeia de custódia. Em seu texto, indique exemplos e seus respectivos dispositivos legais.

## QUESTÃO 3

[valor: 25,00 pontos]

Um homem de 33 anos de idade, após libação alcoólica e consumo de drogas, envolveu-se em uma briga com um casal e, em seguida, foi encontrado morto, com sinais de asfixia. Não foram exploradas laboratorialmente as evidências cadavéricas, e a necropsia apontou um conjunto de evidências fracas que levaram à *causa mortis* de esganadura.

A partir da situação hipotética precedente, discorra sobre o valor de eventual exumação meses após a inumação do cadáver mencionado, abordando seu enquadramento no Código de Processo Penal (CPP), a dinâmica básica dessa perícia, sua técnica básica e respectiva finalidade.

## QUESTÃO 4

[valor: 25,00 pontos]

Equipe de investigação da Delegacia de Descoberta de Paradeiros (DDPA) deparou-se com uma situação na qual os parâmetros papiloscópicos e antropométricos não poderiam ser aplicados de modo inequívoco, cabendo, então, a análise do material genético. Nesse caso, para subsidiar a investigação de uma informação válida em conformidade, o ensaio ou exame de perfil do ácido desoxirribonucleico (DNA) deve atender a critérios mínimos.

Tendo como referência a situação hipotética anterior, disserte, de forma justificada, com base em conhecimentos de medicina legal, sobre o princípio elementar da reação em cadeia de polimerase (PCR), comumente utilizada para determinar o perfil de DNA. Em seu texto, aborde, ainda, cinco aplicações práticas dessa importante técnica na investigação criminal e, por fim, responda qual tipo de exame deve ser solicitado pela autoridade policial na situação narrada, em função do encontro de tais vestígios, nos termos do Código de Processo Penal (CPP).

**SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO****PROVA DISCURSIVA ESPECÍFICA – 3.º GRUPO****DIREITO CIVIL – PONTO 1****QUESTÃO 1****[valor: 25,00 pontos]**

Devido ao avanço de uma pandemia, o prefeito de determinado município resolveu editar um decreto tornando obrigatória a vacinação contra a covid-19 para todos os servidores municipais, com sanções àqueles que se recusassem à vacina.

Um servidor público daquela localidade, não querendo se vacinar por acreditar que poderia sofrer graves sequelas e mutações genéticas, entrou com medida judicial para não ser submetido à imunização, alegando, para tanto, a inaceitável intervenção do Estado em sua liberdade e em sua vida privada, com consequente violação dos direitos da personalidade.

Analise a situação objeto do texto precedente à luz da jurisprudência e da legislação brasileira. Fundamente sua análise.

**QUESTÃO 2****[valor: 25,00 pontos]**

O sistema protetivo do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990) se aplica aos serviços públicos? Fundamente sua resposta.

**QUESTÃO 3****[valor: 25,00 pontos]**

Antônio comprometeu-se a construir em trinta dias um muro divisório entre sua propriedade e o imóvel do seu vizinho João, a fim de conter as águas das chuvas e impedir a fuga dos animais domésticos de João para o terreno ao lado. Passados dois meses sem a construção do muro, uma chuva torrencial devastou a plantação de João com as águas oriundas da propriedade de Antônio, tendo acarretado, ainda, o desaparecimento dos animais domésticos de João. Indignado, João interpelou Antônio, que, inconformado, recusou-se a construir o muro.

Na situação descrita anteriormente, que alternativas restam a João, levando-se em consideração a situação de urgência? Fundamente sua resposta.

**QUESTÃO 4****[valor: 25,00 pontos]**

Tobias, frustrado com o fim de seu namoro com Luciana, decidiu expor em seu perfil público em rede social fotografias íntimas que mostravam os dois mantendo relações sexuais. Diante disso, Luciana propôs ação de indenização por danos morais contra Tobias e a sociedade empresária que criou e mantém a rede social em questão.

Nessa situação hipotética, à luz da legislação brasileira, a ação deve ser julgada procedente? Fundamente sua resposta.